

**PROTOCOLO 01-143882/2021**

**PARECER Nº 057/2021**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2021  
— ANÁLISE DOS ATOS REALIZADOS  
NO PROCESSO LICITATÓRIO —  
ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL -  
ARREMATÇÃO - REGULARIDADE  
CONSTATADA.**

A Comissão Permanente de Licitação – CPL solicita análise acerca da legalidade dos atos executados durante as fases do processo licitatório referente à Concorrência Pública nº 005/2021, cujo objeto é a seleção de interessados na aquisição de imóveis de propriedade da Curitiba S/A.

No que tange a regularidade processual em si, o processo foi devidamente instruído com laudo de avaliação, autorização da Diretoria Executiva, indicação de gestor e suplente, publicação em jornal de circulação e no Diário Oficial. Corretamente utilizada a modalidade prevista para alienação de bem imóvel pela legislação competente.

O Edital de Concorrência Pública 005/2021 foi devidamente publicado em jornal de grande circulação do Estado, conforme comprova cópia de fls. 103 e 104, atendendo todos os requisitos legais da publicidade, principalmente no tocante a indicação do local em que os interessados poderiam ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação, bem como respeitou o prazo legal para a modalidade em questão quanto ao recebimento das propostas ou da realização do evento.

Aberta a sessão na data e horário designados, a CPL constatou que houve comparecimento de apenas um licitante interessado, GRACIOSA COUNTRY CLUB, o qual ofertou a proposta o Lote 01, conforme ata acostada às fls. 156/157, tendo sido julgado habilitado ante ao cumprimento das exigências editalícias, tendo sido considerado vencedor do certame, conforme ata de fls. 156/157.

Portanto, conclui-se que a CPL observou todos os requisitos constantes na Lei 13.303/2016, no Capítulo que trata das licitações, especialmente no que tange às disposições dos Artigos 49 e 51, no que se refere à abertura de processo licitatório administrativo, autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização competente, a indicação de seu objeto e às condições de participação. Inclusive, estando regularmente instruído como determina a lei.

Diante disto, observado o cumprimento das exigências de ordem

N



CURITIBA



CURITIBA S.A.

Folha nº <sup>160</sup> .....  
DP4 - Curitiba S.A.  
Rubrica:.....

13.303/2016, entende esta Supervisão Jurídica que poderá o presente retornar à Comissão Permanente de Licitação para as providências necessárias.

Curitiba, 08 de novembro de 2021 .

**Ricardo Costa Maguetas**  
**Assessor Jurídico**  
**OAB-PR 28.275**